

Artigo

Retomada Linguística do Povo Karaxuwanassu em Pernambuco

Linguistic Revitalization of the Karaxuwanassu People in Pernambuco

Revitalización Lingüística del Pueblo Karaxuwanassu en Pernambuco



Maria Luisa Freitas

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil
luisa.freitas@ufpe.br



Ridivânio Procópio da Silva (Opkrieka Juruna)

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil
pajejurunakaraxuwanassu@gmail.com

Resumo: Este artigo tem por intuito descrever o processo de retomada linguística da língua Kaxwrietã no território do povo Karaxuwanassu em Pernambuco, um grupo multiétnico que emergiu na região metropolitana de Recife em 2018. Este relato de experiência inscreve-se em uma agenda contemporânea associada à área de Revitalização Linguística. Nesse sentido, este estudo compreende também uma breve revisão de alguns pressupostos dessa área (Amaral, 2020; Grenoble; Whaley, 2006) e uma discussão sucinta acerca das retomadas linguísticas no Nordeste brasileiro. A experiência de retomada da língua Kaxwrietã e suas estratégias de transmissão linguística apontam para indissociabilidade entre identidade, cultura e práticas linguísticas.

Palavras-chave: Revitalização Linguística; língua Kaxwrietã; povo Karaxuwanassu.

Abstract: This article aims to describe the process of linguistic reclaiming of the Kaxwrietã language in the territory of the Karaxuwanassu people in Pernambuco, a multiethnic group that emerged in the metropolitan

region of Recife in 2018. This experience report is part of a contemporary agenda associated with the area of Linguistic Revitalization. In this sense, this study also includes a brief review of some assumptions of this area (Amaral, 2020; Grenoble; Whaley, 2006) and a succinct discussion about linguistic revivals in the Brazilian Northeast. The experience of revitalizing the Kaxwrietã language and its linguistic transmission strategies point to the inseparability of identity, culture, and linguistic practices.

Keywords: Linguistic Revitalization; Kaxwrietã language; Karaxuwanassu people.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo describir el proceso de revitalización lingüística de la lengua Kaxwrietã en el territorio del pueblo Karaxuwanassu en Pernambuco, un grupo multiétnico que surgió en la región metropolitana de Recife en 2018. Este relato de experiencia se inscribe en una agenda contemporánea asociada al área de Revitalización Lingüística. En este sentido, este estudio incluye también una breve revisión de algunos supuestos en esta área (Amaral, 2020; Grenoble; Whaley, 2006) y una sucinta discusión sobre los resurgimientos lingüísticos en el Nordeste brasileño. La experiencia de recuperación de la lengua kaxwrietã y sus estrategias de transmisión lingüística apuntan a la inseparabilidad entre identidad, cultura y prácticas lingüísticas.

Palabras-clave: Revitalización Lingüística; lengua Kaxwrietã; pueblo Karaxuwanassu.

Submetido em: 13 de setembro de 2024

Aceito em: 22 de maio de 2025

Publicado em: 8 de setembro de 2025

1 Considerações iniciais

O presente trabalho tem por intuito descrever, a partir de um relato de experiência, o processo de retomada linguística da língua Kaxwrietã no território Karaxuanassu em Pernambuco. Esse povo indígena multiétnico emergiu na região metropolitana de Recife, a partir de um processo de *etnogênese* possibilitado pela união e pela organização de diversos indígenas não aldeados de diferentes etnias, a saber: Xucuru, Pankararu, Karapoto, Wasukokal, Fulni-ô, Potiguara, entre outros. A necessidade de luta por acesso a políticas públicas prioritárias aos indígenas em contexto urbano, especialmente no campo da saúde e dos direitos sociais, motivou, entre outras razões, a formação do grupo, conforme discutiremos em detalhe na seção 4.

O contexto sócio-histórico, político e linguístico do Nordeste é bastante específico. Esta é a região brasileira em que o contato violento dos invasores europeus com os povos indígenas apresenta maior recuo temporal, o que produziu efeitos significativos de perda linguística, gerando um quase completo vazio linguístico na região. Contudo, nos últimos anos, temos assistido a uma intensa mobilização dos povos indígenas do Nordeste, com diversas experiências de retomada ancestral, territorial e linguística (Bonfim; Durazzo; Aguiar, 2021). Essas iniciativas de retomada linguística têm características muito particulares, uma vez que envolvem, além da pesquisa linguística em limitadas fontes históricas, uma importante dimensão ritual e espiritual. Durazzo (2022c) tem proposto, no âmbito dos estudos antropológicos, a categoria analítica de *línguas encantadas* para dar tratamento conceitual a essas questões, como abordaremos na seção 3. Assim sendo, nesse contexto, as práticas de preparação da língua para a revitalização, *i.e.*, a preparação do *corpus* (cf. Amaral, 2020), comumente compreendem uma ampla criação de léxico e de estruturas morfossintáticas, a partir de intuições e de sugestões/orientações que, por vezes, surgem em sonhos e em uma sensível comunicação com o campo *mais-que-humano* (Kariri-Xocó *et al.*, 2020; Moraes, 2021).

Nesse sentido, este artigo pretende situar a experiência de retomada da língua Kaxwrietã no imbricado cenário político de luta em que se dá a etnogênese do povo Karaxuwanassu. Desse modo, pretendemos discutir as implicações políticas da presença indígena no contexto urbano e apontar a dimensão linguística e discursiva como um importante marcador de distinção (Durazzo; Costa, 2022) na afirmação étnica, identitária e ritual desse povo.

Amaral (2020) salienta que, no contexto da *Década Internacional das Línguas Indígenas* (2022-2032), proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, estamos em um momento propício e urgente para o desenvolvimento da área de Revitalização e de Manutenção de Línguas Ameaçadas, ainda pouco sedimentada no Brasil. O autor argumenta que, para tanto, é necessário se criar uma epistemologia própria e específica, com a delimitação de escopo, de metodologia e de objetivos acadêmicos e científicos.

Pérez Báez, Vogel e Patolo (2019) mostram, no projeto intitulado *Global Survey of Revitalization Efforts*, que 80% dos 245 esforços de revitalização linguística pesquisados aconteceram nas últimas três décadas em cinco continentes. Isso atesta o quanto recentes são essas iniciativas em um âmbito global. Grenoble e Whaley (2006) sugerem que o número de línguas ameaçadas não pode ser, contudo, o único fator que explica o aumento nas iniciativas de revitalização. Uma mudança sócio-histórica relevante, relacionada ao reconhecimento dos direitos políticos, territoriais e culturais de grupos minorizados, tem também um papel fundamental.

Este artigo inscreve-se, portanto, nessa agenda e está organizado da seguinte maneira: na seção 2, apresentamos uma breve discussão de conceitos fundamentais da área de Revitalização Linguística; na seção 3, situamos o contexto das retomadas linguísticas no Nordeste brasileiro, a partir de uma perspectiva da literatura antropológica (Durazzo; Costa, 2022; Bonfim; Durazzo, 2023); na seção 4, discutimos o contexto de etnogênese do povo Karaxuwanassu; na seção 5, descrevemos a experiência de retomada da língua Kaxwrietã, uma variedade em retomada da língua Brobó, do povo Xukuru, abordando o processo de preparação da língua para

a revitalização e refletindo sobre as estratégias de transmissão linguística utilizadas; por fim, na seção 6, trazemos as considerações finais deste estudo.

2 Revitalização linguística: alguns pressupostos

Segundo a *Ethnologue* (Eberhard; Simons; Fennig 2025), existem, no mundo, hoje, cerca de 7 mil línguas humanas. Essa imensa diversidade linguística representa um patrimônio inestimável para a humanidade. Cada língua falada (ou sinalizada) por um grupo étnico humano delimita maneiras singulares de compreender, de categorizar e de produzir conhecimento sobre o mundo (Freitas; Souza, 2024). Contudo, no que diz respeito à vitalidade das diversas línguas existentes e à possibilidade de manutenção (*i.e.* transmissão intergeracional) e preservação destas, o cenário é bastante alarmante. Grimes (2000 *apud* Maia, 2006) aponta que 96% das línguas são faladas por cerca de 4% da população do mundo e que apenas 4% das línguas são faladas por 96% da população mundial; quer dizer, 96% das línguas têm um número extremamente reduzido de falantes, sendo, por isso, e entre outros fatores, classificadas como *ameaçadas de extinção*. Grenoble e Whaley (2006) salientam que a dinâmica da transmissão intergeracional é um fator crucial para se avaliar a vitalidade de uma língua e, portanto, a necessidade de estabelecimento de um processo de revitalização linguística.

Quando consideramos as línguas indígenas brasileiras, a situação de perda linguística, resultante de um longo e violento processo histórico de colonização e de massacre dos povos indígenas, é evidente e dramática. Rodrigues (2013) estima uma redução drástica de cerca de 1000 línguas em 500 anos (a uma média de duas línguas por ano). Hoje, o número de línguas indígenas faladas no Brasil não chega a 200¹ (Rodrigues, 2013). Contudo, o grau de vitalidade e o número de falantes dessas línguas varia bastante. Poucos povos contam com número superior a 20 mil falantes, como é o caso dos Ticuna (53.544 falantes), dos Guarani Kaiowá (31.000 falantes) e dos Kaingang (45.620 falantes), como mostra Bossaglia (2019).

¹ Esse número pode variar a depender da fonte, do autor e dos critérios utilizados na identificação dessas línguas.

Entretanto, embora as estimativas sobre a perda da diversidade linguística sejam preocupantes e, em grande medida, pessimistas, é preciso ressaltar a importância dos movimentos de resistência e de retomada ancestral e linguística que povos tradicionais (indígenas, quilombolas e ciganos) têm empreendido nas últimas décadas no Brasil e no mundo, indicando uma contracorrente em pleno curso.

Conforme Amaral (2020), no contexto de perda linguística, o termo *revitalização* comprehende a área de ação e estudo que visa a manter, revitalizar, apoiar ou retomar línguas ameaçadas, adormecidas² e/ou minorizadas. Como mencionamos anteriormente, esse campo de estudo é bastante recente e apresenta uma característica multidisciplinar, uma vez que exige esforços de ordem política, social, tecnológica, educacional e, evidentemente, linguística.

Amaral (2020) sugere que os processos de revitalização bem-sucedidos não são os que tentam retomar o uso da língua dos antepassados, mas, sim, os que propõem revitalizar a língua para as futuras gerações de falantes, considerando inclusive seus usos em novas mídias. O autor salienta também que se há algum tipo de consenso entre especialistas em revitalização linguística é o de que os programas e projetos elaborados pela comunidade e para a comunidade são os que têm maior chance de sucesso. Ademais, a eficácia das ações está sujeita, contudo, às especificidades dos contextos e dos povos envolvidos. Assim, embora a participação de pesquisadores não indígenas (linguistas, antropólogos, educadores etc.) e do poder público possa contribuir sobremaneira, o engajamento da própria comunidade é condição *sine qua non* para a construção, a implementação e o sucesso de um projeto de revitalização linguística.

Segundo Grenoble e Whaley (2006), a revitalização deve atuar no reequilíbrio das forças que geraram a perda linguística. As línguas, sobretudo as minorizadas, são constantemente ameaçadas por distintas razões sócio-históricas, políticas e econômicas, de ori-

² Pesquisadores indígenas e não indígenas, militantes e lideranças indígenas têm usado contemporaneamente o termo *língua adormecida* para se referir a línguas que não são faladas por nenhum falante e foram consideradas extintas pela UNESCO.

gens externa e interna às comunidades. Na maior parte das vezes, variáveis externas às comunidades têm um impacto significativo nas internas/locais, contudo, muitas vezes, a solução encontra-se em mudanças das variáveis internas para superar as adversidades vindas de fora. As variáveis externas, também chamadas de macrovariáveis, estão circunscritas a diferentes “esferas de influência” em nível local, regional, nacional e internacional.

No momento histórico em que vivemos, a globalização e o poderio político e econômico de alguns países favorecem o prestígio de algumas línguas globais, como o inglês, o chinês e o espanhol, em detrimento da maior parte da diversidade linguística do mundo. Nos âmbitos nacional e regional, a definição de uma política linguística que privilegia uma determinada língua ou variedade como oficial, para fins jurídicos, sociais e educacionais, também promove um impacto significativo sobre as línguas minorizadas e, consequentemente, nas iniciativas de revitalização. No Brasil, um exemplo emblemático foi a política linguística e educacional implementada pela Reforma Pombalina no século XVIII, que estabelece o uso exclusivo da língua portuguesa para comunicação e como língua de instrução nas escolas, assim como prescreve a utilização das línguas gerais (Pacheco de Oliveira; Freire, 2006).

Conforme as autoras (Grenoble; Whaley, 2006), as variáveis internas têm íntima relação com a atitude linguística dos falantes tanto em relação à língua em si como à motivação e à disponibilidade para o engajamento nos projetos de revitalização. Uma atitude linguística positiva em relação ao desejo de manutenção e/ou revitalização da língua ancestral nas diversas práticas discursivas da comunidade favorece a consistência das práticas e das ações dos projetos. Manter a motivação dos grupos participantes no longo e complexo processo de revitalização é fundamental e pode ser desafiador. Duas outras variáveis internas também mencionadas pelas autoras são a religião e o grau de letramento da comunidade. As práticas ritualísticas das religiões tradicionais tendem a ser um espaço importante de uso e de defesa da língua. Com relação ao

letramento e à cultura escrita, parece haver um consenso de que o uso de textos e de fontes documentais é um fator facilitador, sobretudo nos casos em que os projetos de revitalização estejam vinculados aos contextos educacionais formais ou nas situações em que a língua adormecida, embora não mais falada na comunidade, dispõe de documentação histórica. Atualmente, é relevante considerar também o papel que as redes sociais têm tido na divulgação e nas trocas das experiências de retomadas ancestrais e linguísticas.

Em termos de *planejamento linguístico*, a literatura tem apontado que é crucial que os projetos de revitalização tenham objetivos alcançáveis e expectativas realistas a depender dos contextos singulares e do grau de perda linguística (Amaral, 2020). Nas situações limite de línguas adormecidas e de projetos de retomada, por exemplo, é fundamental que se dimensione o que é possível estabelecer em termos de estratégias e de ações. Em todos os casos, como salienta Amaral (2020), é necessário um processo, muitas vezes longo e complexo, de adaptação e de criação de léxico, de estruturas fonológicas e, muitas vezes, morfossintáticas, como discutiremos no relato de experiência na seção 5 deste trabalho. Isso implica necessariamente em tempo e em dedicação para que as etapas de preparação/planejamento e implementação das práticas possam ser bem-sucedidas e cada grupo étnico deve encontrar estratégias metodológicas que funcionem melhor para sua realidade.

Amaral (2020), baseando-se em Hinton (2001), propõe uma lista de oito passos que podem ajudar na organização formal de um programa de revitalização linguística. De maneira sucinta, podemos mencionar: (i) avaliação das condições e planejamento situacional; (ii) organização dos recursos existentes e preparação dos materiais, inclusive os didáticos; (iii) desenvolvimento de programas de formação do quadro de pessoal responsável pelo projeto; (iv) incentivo para que as práticas culturais locais apoiem e enfatizem o uso da língua; (v) criação de programas formais de transmissão da língua para distintos grupos etários de falantes; (vi) incentivo para o uso doméstico da língua; (vii) criação de mecanismos para uso da língua na esfera pública; e (viii), quando possível, criação de mecanismos de uso da língua fora da esfera local.

Por fim, é importante destacar que há experiências de revitalização bem-sucedidas relatadas na literatura, em distintas partes do mundo. Uma estratégia imersiva eficiente de manutenção e revitalização linguística, para crianças em fase de aquisição da língua, é a prática denominada de ‘ninho de línguas’, utilizada nos contextos Maori (King, 2001), Havaiano (Warner, 2001), Mohawk (Jacobs, 1998) e Kaingang (Nascimento *et al.*, 2017). Uma experiência de retomada interessante é caso Wampanoag (Massachusetts, EUA), no qual uma linguista integrante da etnia Mashpee Wampanoag decidiu, em 1992, iniciar o processo de ‘redespertar’ de sua língua ancestral a partir de pesquisa documental, em colaboração com os linguistas Kenneth Hale e Norvin Richards do Massachusetts Institute of Technology (MIT). Depois de quase três décadas, o povo conta com ensino de língua na escola primária e vários programas de imersão. No Brasil, um caso análogo de retomada autônoma, a partir de registros históricos, é o da língua Patxohã, do povo Pataxó, protagonizado por professores indígenas e, em particular, pela linguista indígena Anari Braz Bonfim (Bonfim, A. 2017).

Na próxima seção, iremos situar, a partir de uma perspectiva antropológica, o “levante linguístico” (Bonfim; Durazzo; Aguiar, 2021) dos povos indígenas do Nordeste do Brasil, associado a um amplo e intrincado cenário de retomadas ancestrais e territoriais. Consideramos de fundamental importância as contribuições e as ferramentas teóricas que a Antropologia pode nos fornecer para compreendermos a especificidade das retomadas linguísticas em curso nessa região, uma vez que estas compreendem, no processo de preparação da língua, não apenas a pesquisa linguística em fontes históricas e documentais, como também uma importante dimensão ritualística e espiritual (mais-que-humana).

3 As retomadas linguísticas no Nordeste brasileiro: uma perspectiva antropológica

Estamos vivenciando um momento de grande efervescência e articulação do movimento indígena brasileiro, com inúmeras iniciativas de retomada ancestral e de luta pelo reconhecimento

identitário e de territórios tradicionais. Nesse contexto, o Nordeste é bastante emblemático, uma vez que é a região primeira em que a colonização produziu seus efeitos devastadores sobre os inúmeros povos e línguas originários. Esse apagamento reflete-se, inclusive, nas pesquisas científicas a respeito desses povos. Carvalho e Reesink (2018, p. 91) discutem, em uma revisão sobre a produção científica no campo da Antropologia, nos últimos vinte anos, que “boa parte da ontologia orientada para o Nordeste sempre partiu do pressuposto de baixa distintividade cultural dos povos ali estabelecidos”.

Durazzo e Costa (2022) salientam, contudo, que, pela via cosmológica, ritual e também discursiva, a dimensão linguística aparece como um importante marcador de distinção e tem sido mobilizada não apenas nas pesquisas científicas mais recentes, mas no próprio discurso político desses povos. Bonfim e Durazzo (2023) também comentam que os povos indígenas no Nordeste do Brasil têm, cada vez mais, enfatizado, em suas articulações políticas e afirmações étnicas, a presença das chamadas “línguas ancestrais” de seus povos, as quais a sociedade não-indígena, por muito tempo, acreditou estarem extintas. Com exceção das línguas do Maranhão, consideradas amazônicas, somente a língua Yaathê, dos Fulni-ô (Águas Belas – PE), tem sido amplamente falada, sem ter sofrido interrupção em sua transmissão intergeracional.

Nesse cenário, Durazzo (2022 e trabalhos subsequentes) propõe, no campo da Antropologia, a categoria analítica de *línguas encantadas* como “um reconhecimento etnolinguístico de diferentes dinâmicas e categorias nativas observadas entre os povos originários da região” (Bonfim; Durazzo, 2023, p. 05). Para Bonfim e Durazzo (2023), a dinâmica de transmissão das línguas encantadas perpassa pelas relações entre humanos e mais-que-humanos, configurando o que os autores denominam de *gramática cosmopolítica* (Bonfim, E. 2017) ou *cosmopolítica linguística* (Durazzo, 2023). Os autores reforçam que:

[é] importante destacar que as línguas não são encantadas apenas porque, no decorrer dos séculos de silenciamento linguístico, permaneceram presentes no âmbito ritual. Antes, são encantadas por questão da “ontologia da linguagem” derivada da relação entre os povos indígenas e as entidades mais-que-humanas, cuja própria existência implica na presença de uma dimensão linguística, comunicativa. Como “línguas-espírito”, as línguas encantadas sugerem a ampliação dos conceitos de “falante”, “lembraiadores” e “transmissão” correntes nos trabalhos linguísticos tanto nos contextos de descrição formal quanto dos projetos de revitalização/retomada. (Bonfim; Durazzo 2023, p. 10).

A professora Altaci Corrêa Rubim Kokama, em seu discurso intitulado “Língua-Espírito: o chamado ancestral para a Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032)”, proferido na abertura do II Seminário Internacional *Viva Língua Viva*³, relaciona essa dimensão encantada à importante noção de *línguas-espírito*, salientando que:

[a]s línguas-espírito são “línguas encantadas”, como as línguas dos povos indígenas do Nordeste brasileiro. Os falantes de referência de tais línguas não são os humanos, mas os ancestrais que se tornaram existentes “mais-que-humanos”, os encantados. A despeito da violência colonial que compromete a transmissão intergeracional da língua, os idiomas ameríndios continuam sendo transmitidos cosmologicamente nas relações entre os povos indígenas e os mestres encantados mediante o complexo ritual da ciência indígena. Prevalece, no contexto ritual, a dimensão do segredo, pois se trata de todo o conhecimento do povo resguardado pela ancestralidade, o que inclui a língua. São os encantados que regulam a circulação dos enunciados: ensinam palavras novas, estabelecem tabus linguísticos, autorizam o uso fora das cerimônias, e, mais recentemente,

³ Evento promovido pela Associação Brasileira de Linguística (Abraín), no período de 22 a 25 de novembro de 2022, em Belém do Pará, coordenado pela Profa. Ana Vilacy Galucio.

suscitam levantes e retomadas das línguas ancestrais. São, assim, agentes ativos de uma cosmopolítica linguística. (Rubim, 2022. Informação verbal. Grifo nosso)⁴.

Nesse sentido, os autores supracitados propõem que os trabalhos de documentação e de retomada linguística no Nordeste possam ter, como ponto de partida, as concepções indígenas de língua e a relação dessas línguas com a cosmologia, com o território e com a sociabilidade entre humanos e mais-que-humanos. Tendo em vista as discussões traçadas na seção anterior, acerca dos pressupostos da área de revitalização linguística, a proposta dos autores parece estar em consonância com o que a literatura tem apontado como uma estratégia relevante para favorecer a eficácia de um projeto de revitalização. É preciso garantir que as especificidades do contexto local/étnico possam ser consideradas e respeitadas nas diferentes etapas do planejamento linguístico, seja na definição dos objetivos, na preparação do *corpus*, no planejamento situacional (locais de uso da língua, atitudes dos falantes etc.) ou na etapa de transmissão linguística.

Por fim, mencionamos⁵ algumas experiências de retomada e de fortalecimento linguístico de povos indígenas do Nordeste, de Minas Gerais e do Espírito Santo elencadas por Durazzo e Costa (2022). Essas informações foram obtidas a partir de uma rede de colaboração formada entre pesquisadores indígenas e não-indígenas. Parte desses relatos e notas etnográficas foram reunidos no dossiê *O “levante linguístico indígena” no Nordeste, no Espírito Santo e em Minas Gerais: aspectos teóricos, políticos e etnográficos* (Bonfim; Durazzo; Aguiar, 2021). Apontamos brevemente, a seguir, algumas dessas iniciativas desenvolvidas nos diferentes estados da região (cf. Durazzo; Costa, 2022, p. 05):

- **Ceará:** reconhecimento da língua Tupi-Nheengatu no Município de Monsenhor Tabosa como língua cooficial (Lei nº 13 de 03 de maio de 2021). A língua é falada pelos povos Potiguara, Tabajara, Gavião e Tubiba Tapuia.

⁴ Rubim, Altaci. Língua-Espírito: o chamado ancestral para a Década Internacional das Línguas Indígenas. II Seminário Internacional Viva Língua Viva. Informação verbal. 2022.

⁵ A nossa intenção, ao trazermos pontualmente essas informações, seria contextualizar a experiência de retomada aqui descrita em cenário mais amplo de ações e de iniciativas em curso no Nordeste do Brasil. Contudo, os trabalhos supracitados não apresentam maior detalhamento das práticas e dos projetos mencionados, como solicitado pelo parecerista *ad hoc* deste artigo.

- **Rio Grande do Norte:** revitalização da língua Brobó pelo povo Tapuia Tarairiú e uso do Tupi antigo pelos Potiguara, sobretudo a partir dos trabalhos do professor Eduardo Navarro (USP).
- **Paraíba:** os Potiguara do litoral norte também têm usado o Tupi; os Tabajara no litoral sul afirmam ter a mesma língua dos Potiguara, mas não há relatos de ações de revitalização entre eles; entre os povos que se consideram Kariri, há uma importante mobilização no sentido de retomar as línguas dessa família, dentre as quais estão o Dzubukuá, o Kipeá, o Kamurú e o Sabuyá.
- **Alagoas:** os Kariri-Xocó têm utilizado o Dzubukuá-Kipeá, em grande parte devido ao esforço dos professores indígenas Nhenety e Idiany; os Tingui-Botó também têm utilizado o Dzubukuá.
- **Bahia:** os Tuxá, Truká-Tupan e Tumbalalá têm trabalhado na revitalização do Dzubukuá; o povo Kiriri vem trabalhando com o Kipeá; os Pataxó têm trabalhado há anos com o Patxohã e os Tupinambá têm estabelecido políticas de valorização de seu idioma, também chamado Tupinambá.
- **Pernambuco:** o povo Fulni-ô segue mantendo o Yaathê, única língua cuja transmissão intergeracional permanece de forma efetiva; os Xukuru, assim como os Tapuia do RN, têm trabalhado com o Brobó. Por fim, os autores também mencionam brevemente o caso do povo Karaxuwanassu, que detalharemos nas próximas seções.

4 O contexto de etnogênese do povo Karaxuwanassu

A presença indígena nas cidades é evidenciada por inúmeros registros históricos (Pacheco de Oliveira; Freire, 2006), não se tratando, portanto, de um fenômeno exclusivo da atualidade. Em Recife, foram registrados, em 2010, pelo IBGE, mais de 3.645 indígenas autodeclarados e um total de 6.000 indígenas em toda região metropolitana. No censo indígena de 2023, foi registrada, em Pernambuco, uma população de 106.634 indígenas; desta, apenas 34.314 indígenas vivem em terras indígenas (TIs).

A permanência indígena na cidade é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, que se fundamenta no direito à liberdade de locomoção, pelo princípio da autodeterminação indígena e pelo direito à cidade, os quais garantem a possibilidade de o indígena viver ou transitar em espaços urbanos, se assim desejar. A Lei nº 6.001/73, conhecida como Estatuto do Índio, destaca, em seu artigo 1º, Parágrafo Único, que “Aos índios e às comunidades indígenas se estende a proteção das leis do País, nos mesmos termos em que se aplicam aos demais brasileiros, resguardados os usos, costumes e tradições indígenas [...].” Além disso, tanto a Constituinte de 1988, em seus artigos 231 e 232 quanto a Convenção 169/89 da OIT garantem aos povos indígenas o direito à diferença e à soberania na autodeterminação de seus costumes, de suas organizações e de suas tradições, bem como a manutenção e difusão de suas culturas às gerações mais jovens. Os indígenas, desse modo, como todos os demais cidadãos brasileiros, estando nas aldeias ou na cidade, devem ter acesso aos equipamentos básicos de saúde, assim como às políticas públicas permanentes.

O povo Karaxuwanassu, *grande povo guerreiro*, emergiu na cidade de Recife em 2018, como resultado da união de parentes oriundos de diversos povos do Brasil e de outros países da América do Sul, como Venezuela e Peru⁶. Atualmente, o grupo conta com 60 famílias e está no processo de construção e de fortalecimento da aldeia Marataro Kaeté, localizada no município de Igarassu, no estado de Pernambuco. A etnogênese foi motivada, entre outras razões, pela necessidade de luta por políticas públicas, sobretudo no campo da saúde e dos direitos sociais, voltadas aos indígenas em contexto urbano. As pessoas envolvidas nesse processo viviam majoritariamente na comunidade do Coque, periferia de Recife/PE.

Em 2018, o grupo reivindicou, junto ao Distrito Sanitário 1 de Recife – PE, a priorização do protocolo vacinal para indígenas em contexto urbano e conseguiu vacinas da Influenza. Contudo, nos anos seguintes, a situação se agravou. Com a chegada da pandemia

⁶ As informações aqui descritas foram registradas pelas lideranças do grupo, a cacica Valquíria Kyalonän e Opkrieka Juruna, coautora deste trabalho.

de covid-19, em 2020, os indígenas que viviam fora dos territórios tradicionais e no meio urbano foram excluídos dos grupos prioritários e, portanto, proibidos de serem vacinados. Tendo em vista a necessidade urgente de organizar a sua luta, a cacica Valquíria Kyalonän e seu esposo, o pajé Opkrieka Juruna (Ridivânio Procópio da Silva), articulam, em parceria com outras lideranças do povo, a criação da *Associação Indígena em Contexto Urbano Karaxuwanassu – ASSICUKA*. Nesse período, a associação recém-criada enviou mais de quarenta ofícios para diversas instituições do município, do estado e da União, mas todas as reivindicações relativas à vacinação prioritária foram negadas.

Desse modo, em virtude da situação de vulnerabilidade social e sanitária, somada ao desejo de existência coletiva em um território sagrado, no dia 31 de dezembro de 2022, o povo relata ter sido guiado pelos *Encantados*⁷ ao território que nomearam de Marataro Kaeté, na Estrada do Monjope, antigo pólo industrial Ginetta, no município de Igarassu – PE. O estabelecimento da aldeia nesse território gerou uma situação de conflito com a prefeitura, produzindo um processo judicial de reintegração de posse, mesmo o território estando, há décadas, inutilizado e em completo estado de abandono.

Diversos atores de diferentes instituições (universidades, organizações não governamentais, o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, entre outros) uniram-se para contribuir com a luta dos Karaxuwanassu e o processo segue em disputa judicial, agravado pela recente aprovação, no legislativo, da tese constitucional do Marco Temporal, que preconiza que os indígenas só têm direito à demarcação de terras que ocupavam ou disputavam na data de promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988.

É importante mencionar que a professora Bartira Ferraz Barbosa, do curso de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), reuniu documentação histórica que comprova que o território ocupado pelos Karaxuwanassu teria sido o antigo terri-

⁷ Entidades mais-que-humanas reconhecidas como protetoras.

tório Kaeté até a década de 1530, quando veio a ocorrer a guerra de instalação da capitania de Pernambuco. A professora relata, em sua “Carta em defesa do movimento de resistência do povo Karaxuwanassu em Igarassu, Pernambuco” (2023, *ms.*), que, após a guerra contra os Kaeté, foi instalado, no território, um dos primeiros engenhos de cana-de-açúcar da Capitania, cujas terras foram posteriormente doadas aos jesuítas do convento de Olinda, no final do século XVI. A professora ressalta ainda que:

[o] colégio dos jesuítas de Olinda e suas plantações prosperaram com o trabalho do povo indígena Kaeté até o século XVIII, quando da expulsão dos jesuítas do Brasil, baseada em alvará assinado pelo Marquês de Pombal em 28 de junho de 1759. As terras de serventia do dito colégio, terras de 800 braças em quadra, constam na documentação dos bens do Colégio Jesuítico de Olinda como parte de um engenho, o Monjope. Com base ainda em estudos históricos, todos os bens e os escravizados do engenho Monjope foram postos em leilão, em 1770; e quando arrendado, entre 1770 a 1898 à família Cavalcanti de Albuquerque, as terras do engenho Monjope ainda mais prosperaram (Barbosa, 2023, Ms.).

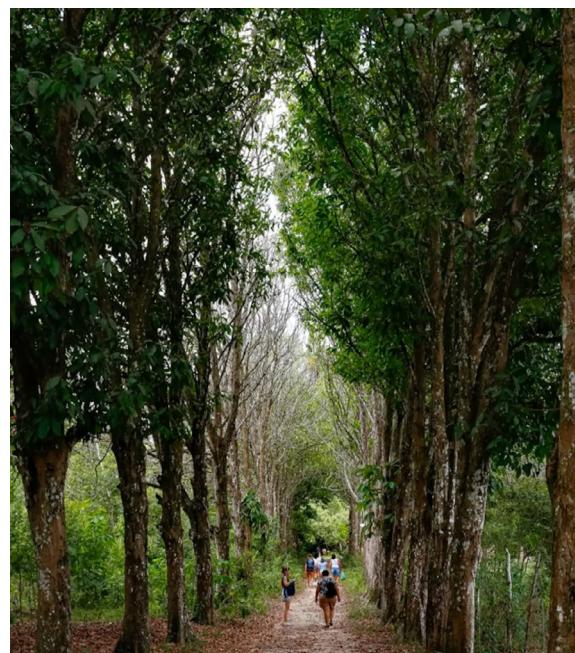
Essa dimensão histórica é de fundamental importância para a compreensão da gravidade e da profundidade temporal da luta que esses povos enfrentam desde o início do projeto colonizador nesse território, o que favorece enormemente a argumentação sobre a legitimidade da ocupação da terra.

Atualmente, o povo segue ocupando o território e praticando a sua cultura e religiosidade, em uma relação de cuidado e proteção com natureza, matas e rios⁸. O grupo desenvolve práticas de agrofloresta e produz artesanato com miçangas, sementes e tecelagem. Além disso, esse grupo desenvolve um projeto de retomada linguística da língua Kaxwrietã, como discutiremos em detalhe

⁸ Detalhes sobre o processo de ocupação do território podem ser acessados no Dossiê Karaxuwanassu, elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) no endereço: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/01/DOSSIE-KARAXUWANASSU.pdf>

na próxima seção, e está organizando a criação de uma escola de educação básica a ser implementada no território. Em virtude da sua formação multiétnica, no território se fala, além de Kaxwrietã e de Português, também Espanhol, Warao e Quéchua. Na figura 1 abaixo, apresentamos uma imagem da entrada do território onde foi estabelecida a aldeia Marataro Kaeté.

Figura 1 – Entrada da aldeia Marataro Kaete em Igarassu/PE



Fonte: Cézar Zette.

5 Retomada da língua Kaxwrietã do povo Karaxuwanassu: um relato de experiência

Nesta seção, iremos relatar o processo de retomada da língua Kaxwrietã, focando no processo de preparação da língua para a revitalização e nas estratégias utilizadas para a transmissão linguística. Como mencionamos anteriormente, esta língua em retomada tem, como ponto de partida, o léxico Brobó, língua do povo Xukuru. Assim como em outras experiências de retomada mencionadas na seção 2 deste trabalho, a iniciativa aqui apresentada também parte do protagonismo e do percurso individual de um indígena graduando em Letras na Universidade Federal de Pernambuco, Ri-

divânio Procópio da Silva (Opkrieka Juruna), coautor neste artigo. Salientamos, contudo, que a discussão sobre os aspectos gramaticais da língua feita nesta seção não pretende ser exaustiva, mas apenas fornecer um breve esboço dos estudos e esforços realizados no âmbito da preparação da língua para a retomada, que contou com uma importante atuação da dimensão mais-que-humana em todo o processo.

Figura 2 – Bandeira Karaxuwanassu



Fonte: Cézar Zette.

5.1 O início da retomada

O processo de estudo e retomada da língua Kaxwrietã começa em 1997 com o encontro de Ridivânio com o conhecido cacique Xicão Xukuru no Centro de Trabalho e Cultura (CTC), no bairro dos Coelhos em Recife. Francisco Assis de Araújo, conhecido como Xicão, foi uma importante liderança e uma referência na luta e na organização política do povo Xukuru da Serra do Ororubá – PE. Em 20 de maio de 1998, Xicão foi assassinado por latifundiários e o crime teve ampla repercussão nacional e internacional. O caso Xukuru resultou em uma decisão inédita⁹ da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que condenou o Brasil por violação dos direitos dos povos indígenas, estabelecendo um importante precedente judicial.

⁹ Informações sobre a condenação podem ser acessadas no seguinte endereço do Superior Tribunal de Justiça: https://www.stj.jus.br/sites/portalp/SiteAssets/Sob-medida/Advogado/Corte_IDH/3_Caso_Povo_Indigena_Xucuru_e_seus_membros_vs._Brasil.pdf Acesso em: 01 set. 2025.

Nesse encontro, que acontece um ano antes de seu assassinato, o Cacique Xicão relata a proibição do uso de sua língua ancestral e a falta de ajuda de especialistas para contribuir à retomada da língua, que, naquele momento, apenas dispunha de palavras soltas, usadas pelas pessoas na aldeia Xukuru, mescladas ao Português. Terminada a palestra, Ridivânia conversou com o cacique Xikão, o qual lhe falou: “*você, que é índio, venha pra luta*”. Essas palavras foram acolhidas como uma convocação e o motivaram a se dedicar ao estudo da língua e da espiritualidade da sua família. Assim, o jovem passou a pesquisar informalmente sobre a língua, inicialmente com seus parentes mais idosos, como o seu avô e a sua tia-avó.

Nos anos seguintes, já em 2006, Ridivânia passou a frequentar a aldeia Xucuru, na Serra do Ororubá, no município de Pesqueira – PE, para seguir sua investigação com outros parentes idosos. Nesse momento, o pesquisador coletou uma primeira lista lexical com cerca de 100 palavras de distintas classes gramaticais. Nos anos seguintes, o trabalho envolveu também a pesquisa em fontes documentais e bibliográficas, o desenvolvimento de estudos comparativos e a elaboração de materiais para ensino da língua, como descreveremos em maior detalhe na próxima seção. É importante destacar que, nesse intervalo, Ridivânio passou a ter uma série de sonhos com os *encantados*, que trouxeram instruções sobre o mito fundador de seu povo e sobre o resgate da língua, inclusive ensinando as formas lexicais e orientando sobre as etapas de retomada da língua.

Figuras 3 e 4 – Coroação de N. Sra. da Conceição, rainha dos Encantados, e cerimônia de batismo na aldeia Marataro Kaeté



Fonte: Cézar Zette.

5.2 Preparando a língua para a retomada

No processo de estudo e de preparação da língua para revitalização, o pesquisador produziu um extenso levantamento de fontes bibliográficas e documentais que dispunham de léxico ou de alguma descrição da língua, como os trabalhos de Pompeu Sobrinho (1958), Lapenda (1962), Loukotka (1968), Meader (1978), entre outros. Na maior parte desses trabalhos, os registros da língua são de natureza exclusivamente lexical.

Dessas referências, destacamos o esboço descritivo de Lapenda (1962). Este apresenta um sistema vocálico com sete vogais orais /i, e, ε, a, ɔ, o, u/ e suas correspondentes nasais; dois glides /w, y/ e o seguinte sistema consonantal: (i) as oclusivas /p, b, t,

d, k, g/; (ii) as fricativas /f, v, s, z, ſ, ʒ, h/; (iii) as nasais /m, n/; (iv) a lateral /l/; e (v) o tepe /r/. Em termos de morfologia, o autor identifica alguns poucos morfemas, como os sufixos {-go}, que aparece em verbos e em nomes deverbais (e.g. *arago* 'matar'; *ajingo* 'prender'; *kringo* 'comer'; *xukégo* 'ladrão'; etc.), e {-men} que parece ter valor adverbial de tempo (e.g. *in bemen* 'de manhã'; *in kutmen* 'de tarde'). O autor ressalta, contudo, que não há qualquer registro de morfologia flexional verbal ou nominal, tampouco há qualquer informação sobre o sistema pronominal e sobre a existência de adposições ou de conjunções na língua.

Com relação à ordem dos constituintes, Lapenda (1962, p. 02) afirma que as poucas frases obtidas com seus consultores "são mero aglomerado de palavras sucessivas, com relação sintática fictícia", uma vez que, segundo o autor, os indígenas falam o português "enriquecido" com o léxico de sua língua ancestral. O autor conclui que não há elementos suficientes para classificar a língua como pertencente a nenhum agrupamento linguístico conhecido.

Tendo em vista a escassez de informações gramaticais sobre a língua, Ridivânia passou a estudar a gramática de línguas Macro-Jê, com o intuito de desenvolver um primeiro estudo comparativo entre os dados disponíveis da língua Xukuru e as línguas do tronco Macro-Jê. Os resultados, contudo, não são conclusivos. Em paralelo, o pesquisador passou a desenvolver uma ampliação do léxico, a partir da concatenação de palavras registradas da língua e da criação de novos itens para termos e classes lexicais das quais não se tem conhecimento, como os pronomes, por exemplo.

Como mencionamos anteriormente, muitas dessas neoformações foram intuídas e/ou sugeridas em sonhos e em uma sutil comunicação com as entidades mais-que-humanas. A especificidade desse processo de *redespertar* linguístico é uma característica relevante em diversas iniciativas de retomada no Nordeste do Brasil (Kariri-Xocó *et al.*, 2020; Moraes, 2021; entre outros), que, em conjunto, apontam para a necessidade de ampliarmos as concepções linguísticas ocidentais, em favor de uma ontologia da linguagem que possa melhor se aproximar da natureza dessas experiências.

A seguir, apresentamos algumas dessas palavras elaboradas nesses estudos: nos exemplos em (1), vemos a criação de novas palavras, a partir do processo denominado de *blend morfológico* (Nóbrega; Minussi, 2015) e, nos dados de (2)-(4), vemos a criação do sistema pronominal, que inclui pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos.

(1) Formação de novas palavras

- a. *kebre* 'pedra' + *kreka* 'cabeça' = *kebreka* 'cabeça dura'
- b. *xenen* 'flor' + *kei* 'água' = *xeinen* 'flor do rio'
- c. *opcome* 'boca' + *krieka* 'negra' = *opkrieka* 'boca negra'

(2) Pronomes Pessoais

Pessoa	Singular	Plural
1	<i>zi</i>	<i>waciyá</i>
2	<i>piraci</i>	<i>piraciyá</i>
3MASC	<i>taí</i>	<i>taiyá</i>
3FEM	<i>taípe</i>	<i>taipiyá</i>

(3) Pronomes Possessivos

Pessoa	Singular	Plural
1	<i>zini</i>	<i>wacini</i>
2	<i>piracini</i>	<i>piraciyáni</i>
3MASC	<i>taíni</i>	<i>taiyáni</i>
3FEM	<i>taípeni</i>	<i>taipiyáni</i>

(4) Pronomes Demonstrativos

- a. *va* 'esse, essa, isso'
- b. *vayá* 'esses, essas'
- c. *vate* 'aquele, aquela, aquilo'
- d. *vateyá* 'aqueles, aquelas, aquilos'

Com relação à ordem dos constituintes, Ridivânia propõe a ordem OSV, como mostram os exemplos abaixo. O autor relata que a definição dessa ordem teve, como objetivo identitário, diferenciar a gramática do Kaxwrietã da ordem sintática da língua portuguesa.

- (5) *xikudo* *lamprego* *arakre*
 cão onça atacar
 'A onça ataca o cão'.
- (6) *karé* *xenunpre* *reinen-biá*
 Homem branco índio gostar-NEG
 'O índio não gosta de homem branco'.

Para a morfologia de tempo verbal, são identificados dois sufixos {-men} para passado e {-pi} para futuro, como vemos em (7) e (8), respectivamente.

- (7) *Paulo sekre* *Maria* *mo-men*
 Paulo casa Maria ir-PASS
 'Maria foi à casa de Paulo'.
- (8) *kwama* *zi* *mo-pi*
 praia 1SG ir-FUT
 'Eu vou para praia'.

Por fim, com relação à morfologia nominal, destacamos a criação do morfema {-ya} que indica [Plural] e do morfema {-ipe ~ -pe}, que indica [Feminino], como vemos nos exemplos abaixo.

- (9) a. *marin* 'boi'
 b. *marinpe* 'vaca'
 c. *marinya* 'bois'
 d. *marinpeya* 'vacas'
- (10) a. *akó* 'filho'
 b. *okipe* 'filha'
 c. *akoya* 'filhos'
 d. *okipeya* 'filhas'

5.3 Sobre as estratégias de transmissão linguística

No período entre 2006 e 2009, Ridivânia foi organizando esse longo e minucioso processo de criação de léxico e produzindo cartilhas e manuais sobre a língua. Em 2009, o autor criou um *blog*¹⁰ e passou a publicar os resultados de sua pesquisa sobre a língua. Em 2011, o pesquisador viajou, a convite de Aucides Bezerra de Sales, ao território Potiguara, no Rio Grande do Norte, e conheceu os indígenas Tapuia Tarairiú. Com eles, o pesquisador estabeleceu o começo de um intercâmbio linguístico. Essa troca resultou, nos anos seguintes, no início da retomada da língua Brobó no território Tapuia Tarairiú – RN. Além disso, ainda nesse período, Ridivânia, Aucides Bezerra de Sales e Bruno Macedo criaram um dicionário trilíngue Brobó-Guarani-Português, que ainda hoje é utilizado no jornal Marandu, que divulga notícias e eventos dos povos indígenas da região.

Nos anos seguintes, Ridivânia seguiu pesquisando sobre a língua e a divulgando em suas redes sociais e em seu blog. Recursos visuais e sonoros são utilizados como suporte para o ensino de expressões (e.g. *iakutmen* ‘boa tarde’; *piraci té uma?* ‘como você está?’; *piraci té naro uma?* ‘como você se chama?’ etc.) e de sentenças simples (e.g. *kwype maritarojuba zi katigo* ‘eu moro na cidade de Recife’). Outra estratégia bastante utilizada pelo pesquisador é a tradução para o Kaxwrietã de músicas tradicionais do toré e de pontos de Jurema¹¹, como vemos no exemplo abaixo.

(9)	<i>klaw klastemen</i> <i>Jetô, jetô jeti</i> <i>pre gonengo Ororubá</i> <i>Pajuru Alencar</i>	'Nossas matas tem ciência' 'Eu vou, eu vou mandar chamar' 'Mestre rei de Ororubá' 'Cacique Alencar'
-----	--	--

Em 2018, Ridivânia criou um grupo de estudo *online* sobre a língua, que recebeu participantes de diversas partes do país. Nos

10 Disponível *online* em: <https://jurunaxukuru.blogspot.com/>

11 Jurema Sagrada é uma religião tipicamente nordestina de raízes afro-indígenas e sincretismo com o catolicismo.

encontros, eram ensinadas palavras, saudações e as canções tradicionais na língua. A partir desse grupo, o pesquisador produziu cartilhas¹² e materiais paradidáticos na língua. Nesse momento, a língua em retomada passou a ser nomeada de Kaxwrietã, que significa em Português ‘raiz do guerreiro’.

Mais recentemente, sobretudo a partir da formação da aldeia Marataro Kaeté, Ridivânio passou a ministrar oficinas de língua para crianças e adultos da comunidade Karaxuwanassu, usando especialmente o recurso das canções tradicionais do Toré e dos pontos da Jurema Sagrada cantados na língua. A eficácia dessas ações ressalta a importância dos programas de transmissão de base comunitária, que se baseiam na cultura local e utilizam formas tradicionais e familiares de transmissão de conhecimento (Peters; Peters, 2013).

6 Considerações Finais

Neste relato, situamos a experiência de etnogênese e de retomada linguística do povo Karaxuwanassu como parte integrante do cenário de retomadas ancestrais e do “levante linguístico indígena” (Bonfim; Durazzo; Aguiar, 2021) do Nordeste brasileiro. É importante assinalar que, de um ponto de vista antropológico (Bonfim; Durazzo, 2023), as retomadas dos povos indígenas dessa região engendram intrincadas relações das línguas com a cosmologia, com o território e com a sociabilidade entre humanos e mais-que-humanos. Nesse sentido, a experiência de retomada da língua Kaxwrietã e suas estratégias de transmissão linguística apontam para a indissociabilidade entre identidade, cultura e práticas linguísticas.

¹² Parte desses materiais pode ser acessada nas redes sociais do autor e do povo, nos endereços: (i) Instagram: @povokaraxuwanassu; (ii) Blogspot: <https://jurunaxukuru.blogspot.com/>; (iii) Youtube: @MuseudememoriaeculturadopovoKa

Referências

AMARAL, Luiz. Estratégias para revitalização de línguas ameaçadas e a realidade brasileira. *Cadernos de Linguística*, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 01-44, 2020. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/251>. Acesso em: 24 jun. 2025.

BARBOSA, Bartira Ferraz. Carta em defesa do movimento de resistência do povo Karaxuwanassu em Igarassu, Pernambuco. [Manuscrito]. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2023.

BONFIM, Anari Braz. Patxohã: a retomada da língua do povo Pataxó. *Revista Lingüística*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 303-327, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/10433>. Acesso em: 24 jun. 2025.

BONFIM, Evandro. Kurâ Itanro: cosmopolítica e língua entre os Bakairi. *Revista Ñanduty*, [s. l.], v. 5, n. 6, p. 30-36, 2017. DOI: 10.30612/nty.v5i6.6871. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/nanduty/article/view/6871>. Acesso em: 24 jun. 2025.

BONFIM, Evandro de Souza; DURAZZO, Leandro; AGUIAR, Maycon Silva. O “levante linguístico indígena” no Nordeste, no Espírito Santo e em Minas Gerais: aspectos teóricos, políticos e etnográficos. *Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 398-420, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/46719>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BONFIM, Evandro de Souza; DURAZZO, Leandro. Retomadas linguísticas indígenas no Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo: um mapeamento etnográfico. In: Scielo Preprints, 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/6508/12377/12956>. Acesso em: 24 jun. 2025.

BOSSAGLIA, Giulia. *Linguística comparada e tipologia*. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

BRASIL. *Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973*. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, DF: Presidência da República, [1973]. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 24 jun. 2024.

CARVALHO, Maria R.; REESINK, Edwin B. Uma etnologia no Nordeste brasileiro: balanço parcial sobre territorialidades e identificações. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, [s. l.], n. 87, p. 71-104, 2018. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/459>. Acesso em: 24 jun. 2024.

DURAZZO, Leandro. *Cosmopolíticas Tuxá*: ciência, ritual e educação a partir da autodemarcação de Dzorobabé. Natal: EdUFRN, 2023.

DURAZZO, Leandro. O estatuto encantado das línguas indígenas: comunicação mais-que-humana e revitalização linguística. In: SEVERO, Cristine G. (org.). *Políticas e direitos linguísticos*: revisões teóricas, temas atuais e propostas didáticas. São Paulo: Pontes Editores, 2022. p. 149-168.

DURAZZO, Leandro; COSTA, Francisco Vanderlei F. da. Línguas indígenas no Nordeste brasileiro: esboço político-linguístico de seus processos de valorização. *Revista del CESLA. International Latin American Studies Review*, [s. l.], v. 30, p. 97-118, 2022.

EBERHARD, David M., SIMONS, Gary F.; FENNIG, Charles D. (ed.). *Ethnologue: Languages of the World*. Twenty-sixth edition. Dallas, Texas: SIL International. 2025. Online version. Disponível em: <http://www.ethnologue.com>. Acesso em: 04 ago. 2025.

FREITAS, Maria Luisa; SOUZA, Vinícius Albuquerque de. Por um olhar tipológico para o ensino de gramática. *ReVEL*, [s. l.], v. 22, n. 42, p. 240-263, 2024. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/1d18d3c1f9ed275e7f3a2034ec443d6f.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2025.

GRENOBLE, Lenore; WHALEY, Lindsay. *Saving Languages: An introduction to language revitalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

HINTON, Leanne. Language revitalization: An overview. In: HINTON, Leanne; HALE, Ken (ed.). *The green book of language revitalization in practice*. Leiden: BRILL, 2001. p. 3-18.

JACOBS, Annette. A chronology of Mohawk language instruction at Kahnawà:ke. In: GRENOBLE, Lenore; WHALEY, Lindsay (ed.). *Endangered Languages: Current issues and future prospects*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 117-123.

KARIRI-XOCÓ, Idiane; KARIRI-XOCÓ, Nhenety; NELSON, Diane; PITMAN, Thea. A retomada da língua kariri-xocó. *Cadernos de Linguística*, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 01-13, 2020.

KING, Jeanette. Te Kohanga Reo: Maori language revitalization. In: HINTON, Leanne; HALE, Ken (ed.). *The green book of language revitalization in practice*. San Diego, CA: Academic Press, 2001. p. 119-128.

LAPENDA, Geraldo Calábria. O dialecto Xukuru. *Doxa*, ano X, Recife: Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia/Universidade do Recife, n. 10, p. 11-23. 1962. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:lapenda-1962-xucuru>. Acesso em: 24 jun. 2025.

LOUKOTKA, Čestmir. *Classification of South American Indian languages*. Los Angeles: UCLA Latin American Center, 1968.

MAIA, Marcus. *Manual de Linguística: subsídios para formação de professores indígenas*. SECAD: Brasília, 2006.

MEADER, Robert E. *Índios do Nordeste: levantamento sobre os remanescentes tribais do nordeste brasileiro*. Brasilia, DF: SIL International, 1978. Disponível em: <https://www.silbrazil.org/resources/archives/16988>. Acesso em: 24 jun. 2025.

MORAES, Vanessa Coelho. Refletindo sobre as concepções de revitalização linguística e língua morta a partir do contexto kiriri. *Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 485-513, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/164828>. Acesso em: 24 jun. 2025.

MONSENHOR TABOSA. *Lei nº 13 de 03 de maio de 2021*. Dispõe sobre o reconhecimento da língua nativa Tupi-Nheengatu como língua cooficial do município de Monsenhor Tabosa e dá outras providências. Monsenhor Tabosa, CE: Prefeitura Municipal, 2021. Disponível em: https://www.monsenhortabosa.ce.gov.br/arquivos/292/LEIS%20MUNICIPAIS_13_2021_0000001.pdf. Acesso em: 24 jun. 2025.

NASCIMENTO, Marcia Gojten, MAIA, Marcus, WHAN, Chang. Kanhgág Vi Jagfe – Ninho de língua e cultura Kaingang na Terra Indígena Nonoai (RS) – Uma proposta de diálogo intercultural com o povo Maori da Nova Zelândia. *Revista Lingüística/Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 367-383, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/10436>. Acesso em: 24 jun. 2025.

NÓBREGA, Vitor Augusto; MINUSSI, Rafael Dias. O tratamento da morfologia não-concatenativa pela morfologia distribuída: o caso dos blends fonológicos. *Revista Letras*, Curitiba, n. 91, p. 158-177, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/lettras/article/view/40094>. Acesso em: 24 jun. 2025.

PACHECO DE OLIVEIRA, João; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília, DF: SECAD, 2006.

PÉREZ BÁEZ, Gabriela; VOGEL, Rachel; PATOLO, Uia. Global survey of revitalization efforts: A mixed methods approach to understanding language revitalization practices. *Language Documentation & Conservation*, [s. l.], v. 13, p. 446-513, 2019. Disponível em: <https://scholarspace.manoa.hawaii.edu/items/fb8aaedd-cebb-4bac-83d8-343700f479f8>. Acesso em: 24 jun. 2025.

PETERS, Margaret; PETERS, Theodore. Our Kanien'kéha language. In: HINTON, Leanne (ed.). *Bringing our languages home: language revitalization for families*. Berkeley, CA: Heyday Books, 2013. p. 61-79.

POMPEU SOBRINHO, Thomas. Línguas Tapuias desconhecidas do Nordeste: alguns vocabulários inéditos. *Boletim de Antropologia*, Fortaleza-CE, v. 1, ano 2, p. 3-19, 1958. Disponível em: https://etnolinguistica.wd.iles.com/local--iles/biblio%3Apompeu-1958-desconhecidas/Pompeu_1958_LinguasTapuiasDesconhecidasNE_BA2n1.pdf. Acesso em: 24 jun. 2025.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. A originalidade das línguas indígenas brasileiras. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 187-195, 2018. DOI: 10.26512/rbla.v9i1.19521. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/view/19521>. Acesso em: 24 jun. 2025.

WARNER, Sam L. No'eau. The movement to revitalize the Hawaiian language and culture. In: HINTON, Leanne; HALE, Ken (ed.). *The Green Book of Language Revitalization in Practice*. San Diego, CA: Academic Press, 2001. p. 133-144.

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Letras. Publicação no Portal de Periódicos UFG. As ideias expressas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.